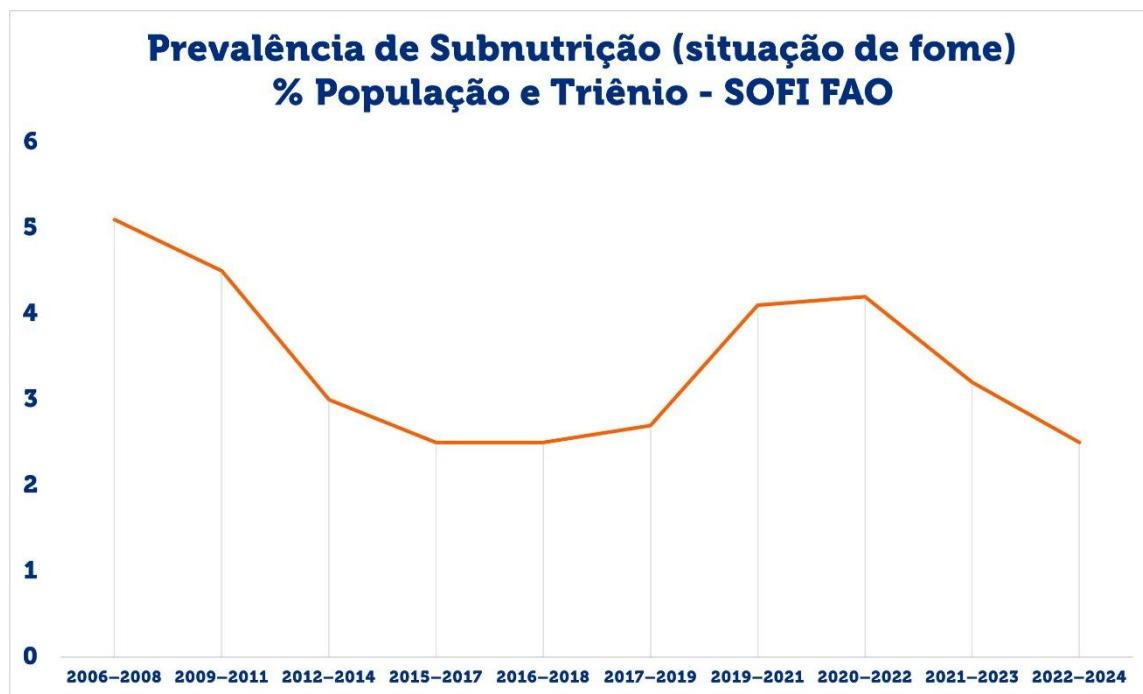


SAIR DO MAPA DA FOME NÃO BASTA: por que a insegurança alimentar ainda exige atenção redobrada aos dados

Após seis anos, o Brasil voltou a ser retirado do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A confirmação veio com o lançamento do relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 (SOFI)*, que aponta uma redução da prevalência de subalimentação (PoU) no país para menos de 2,5% da população, abaixo do limite técnico do qual a FAO considera que não há fome estrutural generalizada. Essa estimativa é uma média trienal (2022–2024) e é publicada pelo SOFI como “<2,5%” (valor censurado por piso estatístico). O anúncio ocorreu durante o evento de seguimento da Cúpula de Sistemas Alimentares das Nações Unidas (UNFSS+4), que aconteceu em Adis Abeba, Etiópia em julho de 2025.

A PoU representa a porcentagem de pessoas cuja ingestão de energia alimentar é inferior à Necessidade Energética Alimentar Mínima (MDER), que é a quantidade mínima de calorias necessárias para manter uma vida ativa e saudável. Basicamente, a PoU indica a proporção da população que está em risco de passar fome – que é a faceta mais severa da insegurança alimentar. A POU é um dos indicadores utilizados para monitorar o progresso em relação à meta 2.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição.

O Brasil havia conquistado seu bom patamar anteriormente, pela primeira vez, em 2014, quando saiu do mapa da fome, mas essa evolução foi perdida a partir de 2021, num contexto de retração econômica e desmonte de políticas públicas. Com a pandemia, os indicadores pioraram ainda mais. Em 2025, o país volta a sair do mapa da fome. Notas oficiais do Governo Federal atribuem parte da melhora à retomada de políticas sociais e de segurança alimentar. O SOFI não estabelece nexo causal da queda, apenas reporta os dados sobre o Brasil, em específico.



Fonte: FAOSTAT, 2025

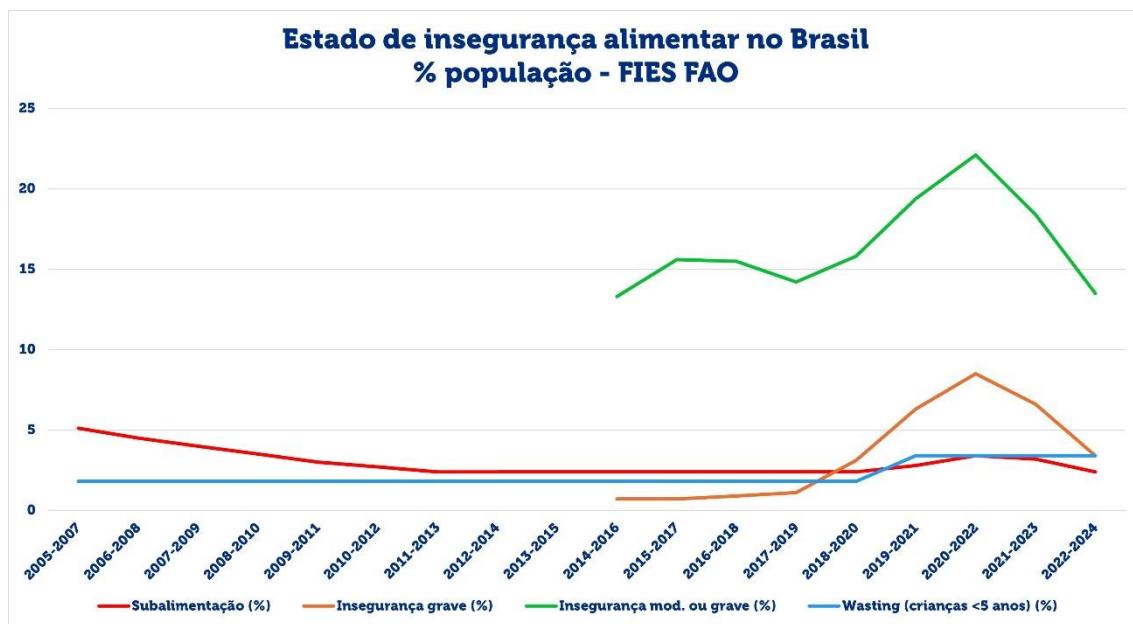


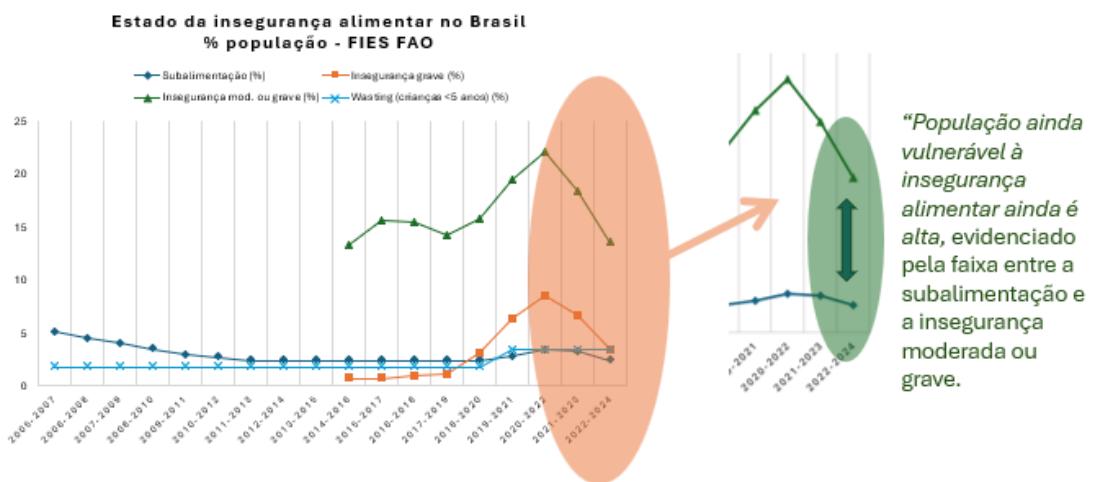
Pela ótica do SOFI, que reporta a Prevalência de Subalimentação (PoU) como média móvel trienal, a trajetória recente do Brasil indica piora nos triênios 2019–2021 e 2020–2022, seguida de recuo em 2021–2023 e, no triênio 2022–2024, valor abaixo do piso estatístico de 2,5% — condição que retira o país do Mapa da Fome. Essa leitura requer cautela: por ser média trienal, o PoU não capta oscilações de curto prazo; por isso, deve ser interpretado em conjunto com a Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES – escala internacional usada pela FAO) e com a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA – métrica nacional), evitando inferências causais diretas.

Os dados do PoU estão disponíveis publicamente e podem ser acessados gratuitamente no [FAOSTAT](#). Além da facilidade de acesso, uma das principais vantagens desse indicador é que ele foi calculado para quase todos os países do mundo ao longo de várias décadas, o que possibilita comparações padronizadas tanto ao longo do tempo quanto entre diferentes países. Porém, o PoU considera apenas a ingestão de energia alimentar e, sozinho, não é um indicador adequado para avaliar a qualidade da alimentação ou a adequação dos nutrientes consumidos. Trata-se de um indicador de fome crônica que abrange períodos trienais, o que limita sua capacidade de detectar variações de desnutrição em períodos curtos, como aqueles relacionados à sazonalidade, picos nos preços dos alimentos ou eventos climáticos que impactam o sistema alimentar.

A insegurança alimentar vai além da fome

O SOFI 2025 indica que a insegurança alimentar moderada ou grave ainda atinge dezenas de milhões de pessoas no Brasil, com uma fração menor em situação grave — estimativas baseadas na FIES e apresentadas como médias trienais.





Fonte: FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO – SOFI 2025 (PoU/FIES, médias trienais); FAOSTAT (PoU).

O gráfico apresenta a combinação do POU do SOFI com os dados da FIES, ambos da FAO. Ele mostra evolução dos principais indicadores de insegurança alimentar no Brasil entre 2005 e 2024, segundo dados da FIES. Nota-se que, embora a subalimentação (fome) tenha apresentado uma queda contínua até 2014 e voltado a diminuir recentemente, isso não significou a eliminação do problema da insegurança alimentar. Pelo contrário, a partir de 2015, houve um aumento da insegurança alimentar moderada ou grave, com pico entre 2020 e 2022 – reflexo direto da pandemia, da crise econômica e do enfraquecimento das políticas públicas. A insegurança grave seguiu a mesma trajetória, atingindo níveis alarmantes antes de começar a recuar no triênio 2021-2023 mais recentemente. Já a taxa de wasting (emagrecimento agudo em crianças menores de 5 anos) manteve-se relativamente estável, embora continue preocupante.

Fome é a sensação física de vazio e sofrimento causada pela falta de comida suficiente para suprir as necessidades básicas do corpo. Refere-se ao estado extremo em que a pessoa está sem alimentos suficientes, resultando em subnutrição ou desnutrição crônica.

Insegurança alimentar é a condição em que uma pessoa ou família tem acesso limitado ou incerto a alimentos seguros, nutritivos e adequados, em quantidade e qualidade, para uma alimentação saudável e regular. A insegurança alimentar é uma escala, que varia do nível leve ao grave, dependendo da intensidade e frequência das dificuldades no acesso a alimentos.



Insegurança alimentar LEVE

Refere-se a situações em que há preocupação ou ansiedade sobre a possibilidade de faltar comida, e talvez pequenas alterações na qualidade da alimentação, mas sem impacto significativo na quantidade de comida ingerida. Ainda que haja algum desconforto, a restrição não é severa nem frequente.

Insegurança alimentar MODERADA

Aqui já há redução na qualidade e na quantidade dos alimentos consumidos. As pessoas começam a restringir sua alimentação, podem pular refeições ou diminuir a quantidade de comida para que dure mais tempo, mas geralmente isso não leva a uma fome intensa ou prolongada.

Insegurança alimentar GRAVE

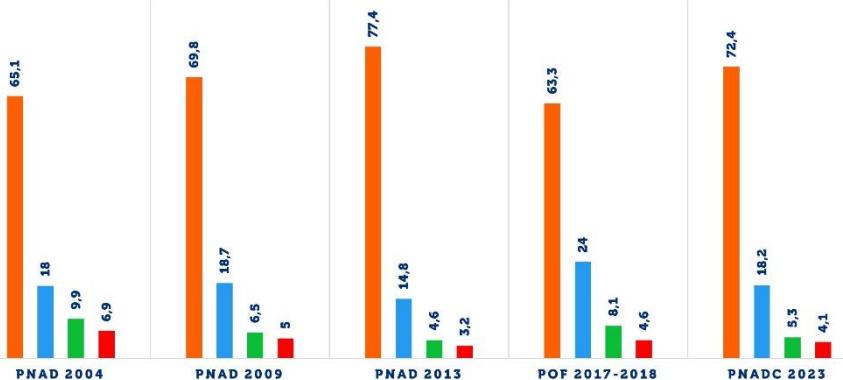
Nesse nível, as pessoas enfrentam restrições severas e frequentes no acesso a alimentos, podendo passar fome de fato. Há uma redução significativa tanto na qualidade quanto na quantidade dos alimentos, com riscos reais para a saúde e o desenvolvimento físico e mental, principalmente em crianças.

Fonte: [II VIGISAN, 2022](#)

Com isso, pode-se reafirmar que a insegurança alimentar abrange um espectro mais amplo, que inclui a preocupação constante de faltar alimentos, a redução na qualidade e diversidade da dieta, e, nos casos mais severos, a ruptura do padrão alimentar, com episódios de fome. Segundo o IBGE – PNAD Contínua, módulo Segurança Alimentar (4º tri/2023), 72,4% dos domicílios estavam em segurança alimentar e 27,6% em algum grau de insegurança (18,2% leve; 5,3% moderada; 4,1% grave). A proporção de domicílios com insegurança moderada ou grave foi de 9,4%.

Prevalência de insegurança alimentar no Brasil de 2004 a 2023 - EBIA

■ Segurança Alimentar
■ Insegurança Alimentar Leve
■ Insegurança Alimentar Moderada
■ Insegurança Alimentar Grave



Fonte: [IBGE, 2024](#) – Segundo o módulo Segurança Alimentar da PNAD Contínua e do POF 2017-2018. Segundo o módulo de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018

O gráfico mostra a evolução da prevalência de segurança e insegurança alimentar no Brasil entre 2004 e 2023, com base na Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Observa-se uma tendência positiva entre 2004 e 2013, com a segurança alimentar crescendo de 65,1% para 77,4%, enquanto todos os níveis de insegurança (leve, moderada e grave) diminuem nesse período. No entanto, entre 2013 e 2018 ocorre um retrocesso, com queda acentuada da segurança alimentar para 63,3% e aumento da insegurança leve e moderada, refletindo o impacto de crises econômicas e cortes em políticas sociais. Em 2023, os dados mostram uma recuperação, com a segurança alimentar subindo para 72,4% e redução em todos os níveis de insegurança, indicando avanços recentes no enfrentamento da fome, embora os níveis ainda não tenham retornado ao pico de 2013.

É importante destacar que, no Brasil, não há um sistema ou painel único e centralizado para o monitoramento e avaliação da insegurança alimentar. Os dados são produzidos por diferentes pesquisas e sistemas, com metodologias e alcances distintos. Por exemplo, o Brasil possui um Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), que é uma base oficial e importante do Ministério da Saúde, frequentemente citada nos debates sobre a fome. Contudo, ele é voltado ao acompanhamento do estado nutricional e do consumo alimentar de indivíduos atendidos na Atenção Primária do SUS, não sendo representativo de toda a população brasileira.

O país também possui o Painel Brasil Sem Fome, lançado pelo governo federal recentemente e que busca integrar e dar transparência a dados de diferentes programas e ações voltados à segurança alimentar e nutricional. Ele permite acompanhar metas, indicadores e investimentos, facilitando o controle social e a coordenação entre órgãos. Embora não substitua pesquisas amostrais nacionais, amplia o acesso público a informações atualizadas sobre o combate à fome no país.

Já a PNAD Contínua, pesquisa amostral de grande porte conduzida pelo IBGE, inclui ocasionalmente um módulo de segurança alimentar que utiliza a EBIA como método, aplicando-a segundo o desenho amostral, o período de referência e as ponderações da pesquisa. Outras aplicações nacionais da EBIA, como o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 (II VIGISAN) ou notas técnicas mais recentes sobre o método elaboradas por redes de pesquisa com universidades públicas e institutos de pesquisa — seguem procedimentos próprios, com diferenças na amostra, no período de coleta, na cobertura geográfica e na unidade de análise (domicílios ou pessoas). Por isso, os resultados podem divergir, mesmo utilizando a mesma escala. Em 2023, por exemplo, uma nota técnica recente da Rede PENSSAN estimou que cerca de 11,6% dos brasileiros viviam em insegurança alimentar moderada ou grave, sendo 5% em situação grave, valores ligeiramente superiores aos apurados pela PNAD no mesmo ano.

Neste cenário com muitos dados sólidos, divulgar e dialogar sobre diferentes pesquisas sobre segurança alimentar é fundamental para que a sociedade compreenda a real dimensão do problema, reconheça desigualdades e cobre soluções efetivas.

Quando os números são apresentados de forma a conversar entre si, eles deixam de ser estatísticas distantes e passam a permitir que se possa eventualmente contar histórias sobre famílias e comunidades, tornando o debate mais próximo e mobilizador.

A fome é uma questão política e coletiva

Apesar disso, existe a convergência entre os dados e seus indicadores e é isso que reforça a gravidade do quadro. A EBIA, seja pela PNAD ou outros relatórios, e os dados do SOFI e da



FIES não são conflitantes e devem ser lidos de forma complementar para pintar um cenário analítico mais sensível à realidade brasileira.

De acordo com as Joint Child Malnutrition Estimates (JME) 2025 (UNICEF/WHO/World Bank), a prevalência de emagrecimento agudo (wasting, pesoparaalitura < -2 DP) em crianças menores de 5 anos no Brasil está em torno de 1,8% (estimativa mais recente). Esse patamar é baixo em termos internacionais, mas segue demandando vigilância em populações vulneráveis.

Além disso, o Brasil enfrenta a chamada “dupla carga da má nutrição”: a coexistência entre deficiências nutricionais e o avanço do sobrepeso e da obesidade, inclusive entre crianças. Esse paradoxo está relacionado ao acesso desigual a alimentos saudáveis e à disseminação de produtos ultraprocessados, de baixo custo e baixa qualidade nutricional.

Acessibilidade a dietas saudáveis (SOFI 2025)

Em 2024, 2,6 bilhões de pessoas no mundo não conseguiam pagar uma dieta saudável

A edição 2025 do SOFI enfatiza a inflação de alimentos e a acessibilidade como determinantes centrais da segurança alimentar. No contexto do SOFI e do indicador CoAHD (FAO/Banco Mundial), acessibilidade significa verificar se a renda disponível de uma pessoa ou família é suficiente para pagar a dieta saudável mais barata possível com os alimentos localmente disponíveis.

Tecnicamente, compara-se o custo dessa dieta — estimado a partir de preços de varejo e de uma “cesta” baseada em guias alimentares — com a renda disponível para alimentos, após descontadas as necessidades não alimentares essenciais (moradia, transporte etc.). Para isso, utilizam-se as linhas internacionais de pobreza do Banco Mundial e a distribuição de rendas do país. Quando o custo da dieta excede a renda disponível para comida, ela é considerada não acessível. O SOFI 2025 destaca que, em 2024, 2,6 bilhões de pessoas ainda não conseguiam pagar uma dieta saudável.

Implicação para o Brasil

É necessário monitorar o preço relativo de alimentos in natura e minimamente processados em comparação com os ultraprocessados, além do custo da cesta “saudável”.

O que os dados e os gráficos acima revelam, e é o ponto de preocupação para atores públicos, privados, do terceiro setor e da sociedade civil, portanto, é que a redução da fome extrema não implica no desaparecimento da insegurança alimentar; muitas vezes, ela apenas muda de forma, exigindo novos olhares, políticas mais amplas e instrumentos públicos capazes de responder não apenas às emergências, mas também às situações de vulnerabilidade crônica.

A fome é uma questão política e coletiva que exige ação coordenada e contínua. A infância é especialmente vulnerável a contextos alimentares precários, com impactos duradouros na saúde pública e na justiça social. Superar a fome requer um olhar sistêmico sobre os sistemas



alimentares, incluindo produção, consumo, desperdício e acesso a alimentos saudáveis, aliados a políticas públicas duradouras.

O terceiro setor e a filantropia têm papel complementar, atuando com inovação e capilaridade onde o Estado encontra desafios, sem substituí-lo, mas colaborando para garantir direitos. O Departamento Pensi Social, do Instituto Pensi, por meio de pesquisas recentes, destaca a importância de transparência empresarial, fortalecimento institucional e apoio a organizações locais para fortalecer o combate à insegurança alimentar. Novos estudos sobre economia circular e comunicação reforçam a necessidade de inovação e cooperação.

Assim, a eliminação da fome estrutural depende de um esforço conjunto e permanente entre Estado, sociedade civil e setor privado, garantindo segurança alimentar para todos, especialmente para as crianças.

Por:

Bruno Valim Magalhães
PESQUISADOR ASSISTENTE

&

Dra. Claudia Cheron König
PESQUISADORA PRINCIPAL

Laboratório de Estratégia, Governança e Filantropia para Transições Sustentáveis

Instituto Pensi | Fundação José Luiz Setúbal

Referências:

- FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 (SOFI 2025). Newsroom e Hunger Map.
- FAO. Hunger Map (interativo) — indicador PoU e FIES, médias trienais.
- FAO. UNFSS+4 (Addis Abeba, jul/2025) — lançamento do SOFI 2025.
- IBGE. PNAD Contínua 2023 — Módulo Segurança Alimentar (nota à imprensa, 25/04/2024).
- UNICEF/WHO/World Bank. Joint Child Malnutrition Estimates 2025 — Metodologia e dashboards.
- Global Nutrition Report — Perfil do Brasil (indicadores de nutrição infantil).
- Gov.br (MDS/SECOM) — comunicados oficiais sobre SOFI 2024 e 2025.



INSTITUIÇÕES DA

